



ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEIA PONTE - CBH MEIA PONTE

1 Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 14h, por meio
2 de videoconferência na plataforma ZOOM, iniciaram os trabalhos da vigésima
3 Reunião Extraordinária do CBH Meia Ponte, com a participação dos membros
4 registrada em documento anexo. **Item 1. Abertura e verificação de Quórum:** O Sr.
5 Fábio Camargo Ferreira - Presidente do CBH Meia Ponte saudou a todos e deu início
6 a reunião. Passou a palavra para o Sr. Phelipe Cunha - Secretaria Executiva para
7 verificação do Quórum. Após a confirmação dos presentes, solicitou que os membros
8 registrassem, via chat, o nome e a entidade que representam. **Item 2. Aprovação da**
9 **Ata 19ª Reunião Extraordinária do CBH Meia Ponte:** O Sr. Phelipe Cunha -
10 Secretaria Executiva expôs, em “modo apresentação”, ata da 19ª Reunião
11 Extraordinária do CBH Meia Ponte e ressaltou que a minuta foi encaminhada para
12 todos os membros previamente para apreciação. O Presidente colocou em regime de
13 votação, sem nenhuma objeção contrária, *a Ata foi aprovada por unanimidade.* **Item**
14 **3. Apresentação do Subsecretário de Biodiversidade, Unidades de**
15 **Conservação, Segurança Hídrica e Saneamento – Jorge Enoch Furquim**
16 **Werneck Lima.** O Subsecretário, o Sr. Jorge Werneck, iniciou sua apresentação
17 falando sobre seu histórico de trabalho na gestão de recursos hídricos, mencionando
18 sua trajetória na Ana, Adasa e diversas posições de liderança em órgãos colegiados
19 relacionados a essa área. Como representante da SEMAD, destacou seu
20 comprometimento com a otimização do sistema e a eficácia na gestão de recursos
21 hídricos no estado de Goiás. Ressaltou a importância da integração entre os recursos
22 hídricos, saneamento e áreas de preservação. O Sr. Jorge Werneck - Subsecretário
23 também compartilhou sua trajetória como colaborador e pesquisador da Embrapa,
24 com especialização em monitoramento, modelagem e gestão de recursos hídricos,
25 acumulando mais de duas décadas de dedicação. Demonstrou sua prontidão para
26 participar de diálogos construtivos e contribuir para o aprimoramento do sistema em
27 Goiás, finalizando sua exposição, o Subsecretário, colocou-se à disposição para
28 perguntas. **Item 4. Apresentação, apreciação e aprovação da minuta de**
29 **Deliberação sobre Normas e Procedimentos para a escolha dos membros do**
30 **Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte para a gestão 2023-2027.** O Sr.

31 Phelipe Cunha - Secretária Executiva expôs, em “modo apresentação”, a minuta sobre
32 as normas e procedimentos para escolhas dos membros da gestão 2023-2027. O Sr.
33 Marcos Aurélio - SEMAD, forneceu um contexto abrangente sobre o propósito da
34 reunião. Enfatizou que o ciclo de renovação dos membros do plenário estava prestes
35 a começar, com início programado para agosto de 2023 e término em novembro do
36 mesmo ano. Esclareceu que, após a publicação do primeiro edital, um cronograma
37 mais detalhado seria apresentado. Destacou que a composição da plenária seguiria
38 as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno, sem modificações nas vagas por
39 segmento. Além disso, elucidou que as vagas alocadas ao Poder Público Estadual
40 seriam indicadas, e as destinadas ao Poder Público Municipal, Usuários e Sociedade
41 Civil passariam por um processo eleitoral. Comunicou que a condução integral do
42 processo estaria sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral, constituída por
43 membros da SEMAD, isto é, a comissão será responsável pela elaboração de um
44 edital de convocação que detalhará todos os aspectos do processo, incluindo o
45 procedimento de inscrição, o cronograma das etapas e outros procedimentos
46 pertinentes. Informou a votação nas plenárias setoriais será por meio de voto aberto,
47 com regras claras para lidar com situações de empate, que seriam definidas
48 posteriormente. O Sr. Marcos Aurélio - SEMAD também abordou o artigo 20º,
49 enfatizando as normas para situações de empate. Nesse contexto, ressaltou a
50 prioridade dada às instituições já atuantes, em caso de igualdade de votos, seguida
51 da possibilidade de um sorteio como último recurso para desempate. Em seguida,
52 prosseguiu com a leitura dos demais artigos da minuta em questão. Apresentou os
53 anexos contidos no documento, e buscando facilitar todo o processo os formulários
54 deverão ser preenchidos no Google Forms, nesse sentido, será solicitado o upload
55 dos documentos pertinentes por meio dessa plataforma. Finalizou a exposição,
56 colocou-se à disposição. Após um diálogo construtivo, o Presidente CBH Meia Ponte
57 colocou em votação o texto base da minuta. Sem nenhuma manifestação, *o texto base*
58 *foi aprovado por unanimidade*. Na sequência, trouxe à votação a redação do artigo
59 20º, abordando as regras de desempate. Sem manifestação contrária, foi aprovado
60 por unanimidade. Com a palavra, o Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD, exibiu em
61 “modo apresentação” a proposta de mobilização. Explicou que as diretrizes do
62 processo eleitoral passaram por aprimoramentos contínuos ao longo do tempo,
63 incluindo do processo eleitoral do comitê dos afluentes Goianos do Araguaia.
64 Destacou que a SEMAD, juntamente com a equipe da Secretaria Executiva, está

65 ativamente engajada na elaboração do material de divulgação, uma vez que o objetivo
66 dessa divulgação é disseminar informações importantes sobre o Comitê e o processo
67 eleitoral. Explicou todo o cronograma do processo eleitoral, como: abertura das
68 inscrições, reuniões de mobilização, avaliações e reavaliações dos candidatos,
69 convocação dos membros habilitados para as plenárias setoriais e, por fim, as
70 reuniões de posse. Informou que os encontros regionais serão presenciais nas
71 cidades a serem definidas. Houve contribuições dos membros em relação ao
72 planejamento, às estratégias de engajamento e mobilização, visando atrair atores que
73 possam não ter conhecimento sobre o papel do comitê e da importância dos recursos
74 hídricos. Após manifestação sobre a escolha das cidades para mobilização, o Sr. João
75 Ricardo Raiser - SEMAD reiterou que a pauta se tratava do processo de mobilização
76 para as eleições do comitê, não das reuniões regulares. Acrescentou que o foco é
77 atrair uma variedade de participantes, incluindo irrigantes, representantes de
78 saneamento e autoridades municipais, para informar sobre o comitê. Esclareceu que
79 a discussão não é sobre a importância das cidades, mas sobre a facilidade de
80 deslocamento e mobilização das pessoas. O presidente da CBH Meia Ponte consultou
81 os membros presentes sobre as cidades (Goiânia e Itumbiara) como possíveis locais
82 para a mobilização. Todos os presentes concordaram com esta escolha e não se
83 opuseram. **Item 5. Apresentação do Decreto da cobrança - João Ricardo Raiser**
84 – **SEMAD.** O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD iniciou a apresentação mencionando
85 que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),
86 incluindo o Subgerente, o Sr. Fabrício Aires, tem trabalhado na implementação da
87 cobrança ao longo do tempo, porém, houve uma interrupção temporária. No entanto,
88 uma decisão judicial tornou a implementação inevitável, resultando em ajustes no
89 processo para incorporar essa discussão no sistema de gestão. Informou que o
90 Decreto 10.280/2023 foi publicado em junho, regulamentando a cobrança pelo uso de
91 Recursos Hídricos no Estado de Goiás, ou seja, trouxe atribuições e diretrizes, e a
92 reunião visava apresentar as principais informações e passos necessários para
93 cumprir as obrigações e atender às diretrizes do decreto. Ilustrou os instrumentos de
94 gestão de recursos hídricos e os avanços substanciais nos planos de bacias. Exibiu,
95 em “modo apresentação”, o Decreto seguindo da leitura dos artigos. Elucidou pontos
96 importantes como o conceito de Preço Público Unitário (PPU) para diferentes usos da
97 água. Destacou que os comitês de bacia têm autonomia para definir preços variados,
98 considerando bacias, sub-bacias e trechos da bacia, tipos de interferência e/ou uso;

99 finalidades e porte dos usuários, incluindo garantia das outorgas. Pontuou que o
100 decreto também prevê a possibilidade de aplicar tarifas de caráter transitório durante
101 eventos hidrológicos críticos, visando estimular o uso racional da água e cobrir
102 despesas adicionais relacionadas ao enfrentamento do período de escassez. Na
103 sequência, o Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD, explicou os critérios e mecanismos
104 de cobrança pelos usos dos recursos hídricos de maneira mais abrangente. Destacou
105 a atuação dos comitês de bacia, o conselho estadual de recursos hídricos e a agência
106 de bacia. Informou que o Decreto traz a orientação de que os recursos arrecadados
107 pela cobrança pelo uso da água serão utilizados exclusivamente para cumprir as
108 obrigações relacionadas à política estadual de recursos hídricos e ao sistema
109 integrado de gerenciamento de recursos hídricos do Estado de Goiás. Ressaltou que
110 o Decreto traz uma inovação no Sistema Nacional, permitindo que o recurso da
111 cobrança seja utilizado em financiamentos reembolsáveis ou não, a entidades
112 públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, de estudos, programas de pesquisas
113 e obras previstas no plano de aplicação de recursos arrecadados. Elucidou que a
114 questão permite que os comitês tenham a opção de usar os recursos da cobrança
115 para financiar atividades, a exemplo do modelo já adotado na França. Esclareceu as
116 atribuições para os CBHs referidos nos artigos 18 e 19 do documento, no qual
117 abordava a aplicação das estratégias de gestão relacionadas aos recursos hídricos.
118 Dentro desse contexto, estabeleceu-se um prazo até 1º de junho de 2024 para os
119 comitês de bacia submetessem as propostas de revisões de mecanismos de cobrança
120 e valores dos PPUS ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sugeriu que
121 evitassem valores inferiores ao mínimo estipulado no Decreto. Destacou até o fim de
122 2024, os comitês deverão também aprovar seu Plano Plurianual de uso dos recursos,
123 garantindo um início de aplicação dos recursos em 2025. Enfatizou a necessidade de
124 agilizar o processo de definição dos indicadores e mecanismos e focar na aplicação
125 dos recursos. Compartilhou exemplos recentes de discussões em comitês de outras
126 regiões sobre a cobrança pelo uso da água, destacando a importância de abordar
127 essa questão de forma séria e reflexiva. No decorrer das discussões, percebeu-se que
128 a preocupação com o impacto da cobrança nas atividades econômicas é recorrente,
129 porém, é crucial compreender que essa cobrança é um instrumento fundamental para
130 subsidiar ações que beneficiam os próprios setores, usuários e a sociedade em geral.
131 Mencionou casos em que os valores cobrados, embora possam parecer baixos por
132 unidade, quando analisados em sua totalidade, têm o potencial de contribuir

133 significativamente para a gestão hídrica. Salientou a cobrança não deve ser vista
134 apenas como um meio arrecadatório, mas sim como um instrumento de gestão, capaz
135 de induzir ao uso racional da água e reconhecer seu verdadeiro valor. Enfatizou a
136 necessidade de tratar a cobrança com seriedade, avaliando como ela pode impactar
137 positivamente nas ações e na qualidade da água. Destacou que a cobrança, quando
138 bem aplicada, auxilia na garantia de água em quantidade e qualidade para um futuro
139 sustentável. Finalizou a apresentação, ressaltando a importância de avançar nas
140 diretrizes de aplicação dos recursos, visando resultados positivos para a sociedade.

141 Dada a palavra, a Sra. Elaine Lopes - FIEG mencionou que a indústria está bastante
142 envolvida nas discussões sobre a cobrança desde que o decreto foi publicado, no
143 entanto, surgiu uma dúvida relacionada ao método de pagamento durante o primeiro
144 trimestre. Questionou como será exatamente conduzido o processo de cobrança para
145 esses trimestres. O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD respondeu que, não se tem
146 uma decisão definitiva, a questão estava sendo analisada cuidadosamente para
147 determinar a melhor abordagem. Informou que irão usar como referência outros
148 comitês e avaliar a viabilidade de estratégias conjuntas com os comitês. Destacou
149 outro tópico relevante que afetará o setor da indústria, que é a gestão das águas
150 subterrâneas, embora as discussões sobre a cobrança e a gestão de bacias
151 hidrográficas tenham progredido, ainda há espaço para um diálogo sobre águas
152 subterrâneas. Memorou que as águas subterrâneas requerem uma atenção especial
153 devido às suas particularidades em relação à água superficial, no que diz respeito ao
154 rebaixamento do lençol freático e o uso para irrigação, entre outros. Ressaltou que o
155 foco é iniciar essas discussões e encontrar soluções. Ao final, elucidou pontos
156 importantes como: importância das cobranças e ações do Ministério Público, bem
157 como a implementação do decreto. Ressaltou a necessidade de agir prontamente,
158 considerando o papel do comitê de bacia conforme estabelecido no decreto. A partir
159 do segundo ano, espera-se que o comitê realize revisões. Foi destacado o desafio de
160 reintegrar processos participativos na gestão de águas, abordando a criação de um
161 piso para o funcionamento dos comitês. O Sr. Eli Cardoso Lessa - Cargill solicitou
162 informações sobre a taxa de lançamento com base na carga orgânica: como a carga
163 será monitorada e quem irá calcular o valor para a emissão da cobrança. O Sr. João
164 Ricardo Raiser - SEMAD destacou a importância de reconhecer que a questão da
165 cobrança pelo lançamento de efluentes é bastante delicada e merece atenção
166 adequada, e ainda, com base na outorga, será estabelecida a fórmula de cálculo para

167 a cobrança dos lançamentos de efluentes. Em seguida, mencionou que inicia-se o
168 processo de monitoramento, cujo propósito consiste em avaliar se o usuário está
169 conforme os parâmetros definidos e com as informações declaradas. Salientou ser
170 essencial que as medidas implementadas durante o monitoramento se alinhem com
171 as decisões tomadas durante o processo de enquadramento. Finalizou a
172 apresentação e propôs uma reunião com a diretoria do comitê e equipe da Daia, para
173 elaborar uma proposta e, talvez, revisar a deliberação relacionada ao grupo de
174 trabalho encarregado da cobrança, pois, isso permitiria incorporar as mudanças
175 trazidas pelo recente Decreto. Expressou sinceros agradecimentos aos dedicados
176 colaboradores Fabrício de Campos Aires Silva, Marcos Aurélio Gomes Antunes e
177 Maria Aparecida Araújo, por suas notáveis contribuições e a excepcional qualidade do
178 trabalho por eles realizado, merecendo reconhecimento especial. **Item 6. Apreciação**
179 **e aprovação da minuta de Deliberação que recria o GT Caldas.** A Sra. Elaine
180 Lopes Farinelli - FIEG apresentou um breve histórico sobre a criação do GT Caldas,
181 ressaltou que as atividades do grupo haviam sido paralisadas, que foram retomadas
182 internamente, em vista das implicações com a Lei de Expansão do distrito do Daia
183 sobre o impacto no abastecimento. O Sr. Luiz Machado - SEMAD esclareceu que a
184 Deliberação que originou o GT havia expirado, portanto, não havia base legal para
185 prosseguir com as reuniões e as propostas de ação. Assim, o objetivo é reativar o
186 grupo, permitindo discussões nos limites legais. O Sr. Marcos Aurélio - SEMAD
187 esclareceu que a proposta do GT limitou-se à modificação do nome do Grupo de
188 Trabalho “GT de Aprimoramento da Gestão dos Recursos na Bacia do Caldas”,
189 porém, as atribuições mantêm-se em conformidade presentes na Deliberação 16. O
190 Sr. Phelipe Cunha - Secretaria Executiva expôs, em “modo apresentação”, a proposta
191 minuta que recria o Grupo de Trabalho Caldas e fez a leitura dos pontos principais da
192 redação, como as atribuições do GT, o que o documento delibera e a preferência da
193 composição. Abriu espaço para as contribuições. No artigo 4º, sobre as vagas
194 destinadas ao GT, a Sra. Elaine Farinelli - FIEG afirmou que não há impedimento caso
195 outras instituições quisessem ingressar no grupo de trabalho. O Sr. Juber Henrique
196 Amaral - MP/GO solicitou a inclusão do Ministério Público do Estado de Goiás. O Sr.
197 Marcos Aurélio – SEMAD sugeriu a substituição “Poder Público Municipal” por
198 “Prefeitura Municipal de Anápolis”. No Artigo 6º, a Sra. Elaine Farinelli - FIEG propôs
199 que a SEMAD atuasse como coordenadora do GT e no artigo 10º o prazo para as
200 atividades do grupo de trabalho fosse prorrogado. O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD

201 propôs a apresentação de relatórios parciais trimestralmente, com a atualização sobre
202 o progresso das atividades e solicitou alteração da redação do Artigo 6º: “A
203 Coordenadoria será exercida pelo representante da SEMAD e a Relatoria será
204 definida pelo GT Caldas quando for realizada sua primeira reunião”. O Sr. Mário César
205 Guerino - SANEAGO solicitou que a palavra “entidades” seja substituída por
206 “instituições” no Artigo 4º e que “e/ou” seja acrescentado no Artigo 7º. O Sr. Luiz
207 Machado - SEMAD indagou se a Secretaria Executiva iria convocar a reunião para
208 instalação do GT e como seria o processo de indicação dos membros para o grupo
209 de trabalho, questionou se haveria algum cronograma estimado. O Sr. Marcos Aurélio
210 - SEMAD afirmou que o grupo de trabalho poderá iniciar suas atividades
211 imediatamente após a aprovação da deliberação e, com auxílio da Secretaria
212 Executiva, direcionará os ofícios às instituições designadas. A Sra. Elaine Farinelli -
213 FIEG sugeriu que a primeira reunião do GT Caldas fosse realizada presencialmente
214 no Daia. Após as considerações e sugestões do colegiado, o Presidente colocou a
215 Minuta em regime de votação e, sem objeções contrárias, *a Minuta foi aprovada por*
216 *unanimidade. Item 8. Informes.* A Sra. Maria Aparecida Araújo- SEMAD convidou os
217 membros do Colegiado a participarem das capacitações que serão realizadas pelo
218 ENCOB, mesmo que seja virtualmente. Destacou que essas capacitações são
219 importantes para enriquecer o conhecimento dos membros do comitê e que aqueles
220 que fizessem online receberão certificados, com reconhecimento para a pontuação
221 em 2023. **Item 7. Encerramento:** Nada mais a discutir, o Sr. Fábio Camargo -
222 Presidente CBH Meia Ponte agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.
223 Eu, Patrícia Sueli Côrtes de Oliveira, lavrei essa ata que segue assinada pelo
224 Presidente do Comitê e Secretário Executivo. A gravação com inteiro teor da reunião
225 encontra-se disponibilizada no site CBH Meia Ponte.



Fábio Camargo de Oliveira

Presidente do CBH Meia Ponte



Camila Dantas Lúcio Roncato

**Secretária Executiva do CBH Meia
Ponte**

Anexo I

Lista de Presença dos Membros da 19ª Reunião Extraordinária do CBH Meia Ponte

00	Nome	Entidade
01	João Ricardo Raiser	SEMAD
02	Marcos Aurélio Gomes Antunes	SEMAD
03	Fábio Camargo Ferreira	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia
04	Mário César Guerino	SANEAGO
05	Lúcia Helena Santos Pinheiro	SANEAGO
06	Paulo Henrique de Almeida	SANEAGO
07	Luís Rogerio Veiga Gouthier	ADGA
08	Luciano Jaime Peixoto	SIFAEG
09	Thiago Castro de Oliveira	FAEG
10	Antônio Martins Borges	CELG
11	Anselmo Claudino de Sousa	MPGO
12	José Vicente Granato de Araújo	ABES/GO
13	Jefferson Henrique Morais Castilho	AGEAMB
14	Henrique Luiz de Araújo Costa	SENAR/GO
15	Juber Henrique Amaral	MPGO
16	Yara Vanessa Portuguez Fonseca	ABES
17	Stella Miranda Menezes Correa	SEAPA
18	Arles Gomes Vaz	SIFAEG
19	Elaine Noronha Farinelli	FIEG
20	Fabricio de Campos Aires Silva	SEMAD
21	Pedro Paulo Alves Godoi	SEMAD
22	Eli Cardoso Lessa	Cargill S/A



Anexo II

Lista de Presença dos Convidados da 19ª Reunião Extraordinária do CBH Meia Ponte

00	Nome	Entidade
01	Maria Aparecida de Souza Araújo	SEMAD
02	Luiz Machado	SEMAD
03	Phelipe Cunha	Secretaria Executiva Completa
04	Jorge Enoch Furquim Werneck Lima	SEMAD